II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 16

St16 NEGACIONISMO E ANTICOMUNISMO NO SÉCULO XXI: Ecossistema digital e suas manifestações nas redes sociais

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 5

COORDENADO POR



Luís Gustavo Souza Fróes

PPGH Unimontes – Programa de Pós Graduação em História Social

LAPPS UFJF – Laboratório de História Política e Social

Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

NEGACIONISMO E ANTICOMUNISMO NO SÉCULO XXI:

Ecossistema Digital e suas Manifestações nas Redes Sociais

9 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Luís Gustavo Souza Fróes
Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). gustavosouzafroes@gmail.com

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 16 e a Sessão de Comunicação Livre 5, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

9 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Usos do Passado e Disputas: O TikTok no Campo Político	8h10
2	Entre a ortodoxia calvinista e a suspeita comunista: Antônio Carlos Costa e as disputas na Igreja Presbiteriana do Brasil (2015–2018)	8h35
3	O anticomunismo como discurso político: Jair Messias Bolsonaro	9h00

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 5

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Narrativas em disputa: a atuação da Casa Publicadora das Assembleias de Deus no cenário político brasileiro (2016-2022)	–
2	O passado em disputa: o Memorial às vítimas da ocupação alemã em Budapeste	–
3	Quando o passado permanece: Cineteatro Antônio Justa	–
4	Em busca de “Nunca mais”: a atuação do Ministério Público Federal no estado do Rio de Janeiro no período pós-Comissão Nacional da Verdade	–
5	Transdisciplinaridade do domínio e colonialidade do saber: uma análise histórico-epistemológica da Conferência de Berlim (1884-1885)	–
6	Experiências de mulheres trabalhadoras em supermercados durante a pandemia: memória, trabalho e tempo presente	–

Usos do Passado e Disputas:
O TikTok no Campo Político

Luís Gustavo Souza Fróes[1]

O estudo tem por objetivo analisar as permanências do discurso anticomunista brasileiro no ambiente digital midiático, a partir dos discursos construídos por políticos e eleitores de direita no TikTok e no YouTube, dando ênfase, principalmente, ao vídeo do deputado Nikolas Ferreira, intitulado "Sou comunista, e daí?". O recorte temporal abordado é durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022), até a atualidade (2019-2025)Essa análise busca compreender as permanências desse discurso anticomunista no Brasil, destacando como ele é atualizado e disseminado nas redes sociais. Além disso, busca abarcar como o anticomunismo é historicamente utilizado como justificativa para regimes autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar, e como, ainda assim, mantém-se ativo ao longo do tempo. O estudo fundamenta-se na Análise de Discurso (AD) de Eni Orlandi (2001) e adota uma abordagem qualitativa. O referencial teórico utilizado se baseia em alguns autores como Rodrigo Patto Sá Motta, Ângela Castro Gomes, Dreifuss e Moniz Bandeira, correlacionando conceitos de cultura política, mas especificamente o do anticomunismo. O presente trabalho revela que o anticomunismo retoma narrativas do passado dentro do período analisado e se reconfigura no ambiente digital como instrumento de polarização política, sustentado pela lógica do medo e pela circulação de desinformação.

Palavras-chave: Anticomunismo, Negacionismo, Ecossistema digital, TikTok

[1] Coordenador do ST16. Mestrando em História, Unimontes. gustavosouzafroes@gmail.com

Entre a ortodoxia calvinista e a suspeita comunista:
Antônio Carlos Costa e as disputas na Igreja Presbiteriana do Brasil (2015–2018)

Hugo Cunha Lins[2]

Este trabalho analisa a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) como campo religioso marcado por disputas simbólicas e classificatórias, onde se entrecruzam calvinismo, conservadorismo moral e racionalidade neoliberal. Diferente do foco dado a igrejas pentecostais e neopentecostais, a pesquisa destaca a influência discreta da IPB em espaços educacionais e jurídicos, sobretudo por meio da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (CMLE). O objetivo é mapear mecanismos de classificação anticomunistas e antiecumênicas, mostrando como elites presbiterianas legitimam práticas da ordem social vigente, ao passo que vozes dissidentes, como a do pastor Antônio Carlos Costa, tensionam a ordem ao denunciar desigualdades.

Palavras-chave: Igreja Presbiteriana do Brasil. Hegemonia. Discurso Religioso. Conservadorismo. Neoliberalismo.

[2] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). hugolins.tecmec@gmail.com

O anticomunismo como discurso político:
Jair Messias Bolsonaro

Laura Luiza Silva e Silva [3]

Esta comunicação visa analisar os discursos anticomunista na trajetória política de Jair Messias Bolsonaro. Historicamente, o anticomunismo ocupou espaço significativo nos meios de comunicação e no debate político brasileiro, sendo frequentemente utilizado para mobilizar opiniões e legitimar projetos de poder. Jair Bolsonaro utilizou o temor de parte da população em relação ao comunismo como um dos principais eixos de sua campanha eleitoral em 2018 e posteriormente de seu governo, se tornando um dos maiores representantes do anticomunismo na política brasileira da última década. Em diversas ocasiões, o político manifestou forte oposição ao comunismo, e ao seu adversário Luiz Inácio da Silva, afirmando que o mesmo transformaria o Brasil em um país comunista caso ganhasse a eleição de 2022. Sua ascensão ao poder, nos faz refletir como os discursos anticomunistas ultrapassaram debates e campanhas de eleições televisionadas, e passaram a circular com forte influência nos meios digitais. Os meios digitais passaram a ocupar papel central na propaganda política contemporânea, sendo utilizadas tanto para a divulgação de posicionamentos ideológicos quanto para a disseminação de desinformação, contribuindo para um crescente negacionismo histórico. O objetivo é compreender como esses discursos foram atualizados e incorporados às disputas políticas contemporâneas, e para isso serão analisados trechos de entrevistas e postagens em redes sociais que visam compreender a utilização da pauta comunista nos discursos do ex-político.

Palavras-chave: comunismo; anticomunismo; discursos.

[3] Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). lauralsilva98@gmail.com

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL5

Sessão de Comunicação Livre 5, realizada junto ao Simpósio Temático 16

9 de outubro das 8h às 12h · Coordenação: Luís Gustavo Souza Fróes

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

Narrativas em disputa:
a atuação da Casa Publicadora das Assembleias de Deus no cenário político brasileiro (2016-2022)

Joyce Emanoely de Jesus da Silva de Carvalho[4]

A crescente participação de grupos evangélicos na política brasileira evidencia a necessidade de compreender as relações estabelecidas entre religião, poder e esfera pública. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre as produções bibliográficas da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), em específico a revista intitulada "Lições Bíblicas", e o cenário político e social brasileiro entre 2016 e 2022; buscando compreender como essas produções contribuíram para a construção de discursos e de um imaginário político e ideológico entre seus leitores. O recorte temporal corresponde a um período marcado pelo impeachment de Dilma Rousseff, pela ampliação da Frente Parlamentar Evangélica e pela ascensão do bolsonarismo. Nesse sentido, a investigação parte da premissa de que a CPAD não atuou apenas na formação teológica de seus leitores, mas também na circulação de interpretações sobre questões políticas e sociais. Sob essa ótica, tal atuação será analisada a partir do conceito de Teologia do Domínio, compreendido como uma perspectiva que defende a atuação cristã nas estruturas de poder e a incidência de valores interpretados como cristãos sobre diferentes esferas sociais (Pereira, 2023). Do ponto de vista historiográfico, a pesquisa articula História Social e História Política, compreendendo o poder para além das instituições estatais e dos grandes acontecimentos. Falcon (1997) contribui para essa perspectiva ao destacar a ampliação dos objetos da História Política, incluindo poderes, instituições, representações e práticas discursivas. Em diálogo com essa abordagem, a Teoria Geral dos Campos, de Bourdieu (2008), permite compreender os campos religioso e político como espaços de disputas por legitimidade, autoridade e poder, considerando também as relações estabelecidas entre eles. Assim, a CPAD é observada como agente inserido no campo religioso, capaz de produzir e disseminar discursos que ultrapassam os limites confessionais. Ademais, do ponto de vista metodológico, a análise de discurso cumpre um papel fundamental no processo de identificar sentidos, valores, representações e estratégias discursivas relacionadas à política e à religião. Portanto, este estudo parte da hipótese de que a revista Lições Bíblicas, uma produção da CPAD, evoca uma articulação entre religião e política, contribuindo para a formação de uma identidade evangélica politicamente engajada. Assim, este estudo busca contribuir para a compreensão histórica das relações entre fé e poder, bem como das tensões produzidas pela presença de projetos religiosos na política de um Estado que se pretende laico.

Palavras-chave: Assembleia de Deus; CPAD; Teologia do Domínio; Religião e política.

[4] Mestranda em História, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Bolsista CAPES. joycecarvalho@ufba.br

O passado em disputa:
o Memorial às vítimas da ocupação alemã em Budapeste

Maria Clara da Silva Castro [5]

A pesquisa, em andamento, tem como objetivo analisar o monumento Memorial às vítimas da ocupação alemã - inaugurado em 2014, em Budapeste - e o negacionismo histórico proposto a partir da sua representação simbólica. Esculpido por Péter Raab Párkányi, o conjunto é composto por duas estátuas principais: uma águia, que simboliza a Alemanha, e a segunda, um anjo, o Arcanjo Gabriel, representando a Hungria - com a finalidade de homenagear as vítimas húngaras da invasão nazista. O conjunto faz parte de uma série de outras manifestações artísticas que evidenciam os esforços para construir uma nova história política na paisagem simbólica da Hungria. Desde a publicação no Diário Oficial, a obra foi cercada de debates suscitados pela comunidade judaica e acadêmica. Segundo os críticos, o monumento permitiria a interpretação da relativização da participação do governo húngaro no genocídio judaico, durante a Segunda Guerra Mundial. O rosto parado e sereno do anjo simboliza o Estado húngaro, como um todo, sendo vítima do processo. No entanto, o que se entende desse período é que, a partir da ocupação, em 1944, após a substituição da regência do país para a liderança de Ferenc Szálasi - membro do Partido da Cruz Flechada, de extrema direita -, o governo foi responsável pela deportação de judeus para campos de concentração de forma voluntária, ou seja, sem que a Alemanha precisasse exercer alguma influência direta. Estima-se que mais de 400 mil judeus foram enviados em um período menor que um ano. Dessarte, o monumento expressa uma experiência fragmentada, que não representa as principais vítimas daquela ocupação. A experiência húngara mostra que a identidade nacional cunhada a partir da paisagem é afetada pela renegociação de eventos-chave da história que afetam diretamente a forma como determinados acontecimentos são interpretados.

Palavras-chave: Hungria; monumento; nazismo; negacionismo.

[5] Mestranda, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). mclarasc1511@gmail.com

Quando o passado permanece:
Cineteatro Antônio Justa

Ariadila Matos Mesquita [6]

A Colônia Antônio Justa foi inaugurada em 1942, em Maracanaú/CE, como parte da política de isolamento compulsório das pessoas acometidas pela hanseníase. Inserida em um conjunto de colônias criadas em diferentes regiões do Brasil ao longo do século XX, a colônia destinava-se ao controle sanitário da doença, promovendo a segregação de homens, mulheres e crianças marcados pelo estigma da então chamada "lepra". Após a desativação da colônia, a região foi ocupada e, com isso, muitas características da antiga colônia foram se perdendo ao longo dos anos. Entre os edifícios que permaneceram do período do isolamento, destaca-se o Cineteatro Antônio Justa, espaço que integrava a estrutura destinada às atividades de sociabilidade dos internos e que, posteriormente, passou por processo de restauração, adquirindo uma função assistencial. É nesse contexto que surge o Instituto Antônio Justa (IAJ), criado em 2018 a partir da mobilização de moradores, com o objetivo de reivindicar direitos básicos, como saúde, educação, segurança, transporte e preservação da memória local. Ao longo de sua trajetória, o IAJ passou a desenvolver ações voltadas à história da antiga colônia, contribuindo para a circulação de narrativas sobre esse passado e para a construção de novos sentidos atribuídos ao território. Dentre as atividades, está o Cine Colônia que busca ocupar o cineteatro com ações culturais. A partir dessa perspectiva, esta pesquisa busca compreender de que maneira o Cineteatro Antônio Justa participa da construção e da permanência das memórias da antiga colônia no presente, considerando suas transformações. Parte-se da compreensão de que os vestígios materiais do passado não permanecem apenas como estruturas físicas, mas podem adquirir novos significados a partir das experiências produzidas pelos sujeitos que vivem e atuam no território. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, que articula documentos, registros fotográficos, produções audiovisuais e publicações em redes sociais. A investigação dialoga com os estudos da memória e da História Pública, buscando analisar as formas pelas quais a comunidade se relaciona com o passado da antiga colônia. Nesse sentido, o Cineteatro constitui uma chave de análise para compreender a permanência de um passado marcado pelo isolamento, pelo estigma e pela segregação, mas também por experiências de sociabilidade, pertencimento e mobilização social.

Palavras-chave: Cineteatro Antônio Justa; Memória; História Pública.

[6] Mestranda, PPGHCE/Universidade Estadual do Ceará (UECE). ariadila.matos@aluno.uece.br

Em busca de "Nunca mais":
a atuação do Ministério Público Federal no estado do Rio de Janeiro no período pós-Comissão Nacional da Verdade

Stella Moreira [7]

A proposta de comunicação debate a relevância do Ministério Público Federal (MPF) na mediação entre as demandas dos movimentos sociais a favor de Memória, Verdade, Justiça e Reparação e o universo jurídico e burocrático do Estado Brasileiro, a fim de conseguir o tombamento e acesso a lugares considerados relevantes para a memória das resistências à Ditadura Militar. Após a conclusão das comissões da verdade pelo Brasil, que buscaram jogar luz a um passado doloroso das violências cometidas pelo Estado e as Forças Armadas contra sua população, a atuação do MPF foi elementar para que obtivesse garantias legais para o cumprimento das recomendações enumeradas em seus relatórios finais. Somado a isso, tanto a Constituição Federal de 1988, quanto o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), originado pelo Decreto nº 7.037, de 2009, enxergam a preservação e a valorização da memória como dimensão fundamental da cidadania e dos direitos humanos e dever do Estado incentivar iniciativas voltadas à preservação e acesso à lugares de recordação. Os pontos focais que guiam esta proposta são os processos de tombamento encaminhados ao IPHAN ao longo da década de 2010 do antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), localizado no número 40 da Rua da Relação, o prédio do Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, onde costumava estar instalado o Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado na Rua Barão de Mesquita, nº 425, no bairro da Tijuca, e a residência localizada na Rua Arthur Barbosa, nº50, antigo 668-A, no bairro de Caxambu, na cidade de Petrópolis, que foi utilizada como centro clandestino de tortura e desaparecimento de resistentes contra o regime ditatorial, conhecida também como "Casa da Morte". O trabalho está circunscrito, portanto, no debate sobre as concepções de patrimônio não somente como suporte para acessar a identidade cívica, como também uma estratégia de ativismo a favor de uma verdadeira cidadania e modo de ocupar a cidade. Assim, o tombamento passa a ser campo de disputa sobre os usos dos passados evidenciando a preservação desses espaços como instrumento para a defesa dos interesses comunitários e reparação das violações de direitos humanos.

Palavras-chave: Patrimônio; Lugares de Memória; Ditadura Militar; Rio de Janeiro; Tombamento.

[7] Mestranda, Universidade Federal Fluminense (UFF). stellamoreira@id.uff.br

Transdisciplinaridade do domínio e colonialidade do saber:
uma análise histórico-epistemológica da Conferência de Berlim (1884-1885)

Arthur Teles Maciel [8]
José Antonio Nunes Aguiar [9]

Este artigo analisa a Conferência de Berlim (1884–1885) a partir de uma perspectiva histórico-epistemológica, buscando compreender sua participação na reorganização das relações de poder, na consolidação da ordem colonial e na produção de formas hierarquizadas de conhecimento. Parte-se da compreensão de que o colonialismo europeu não se restringiu à ocupação e ao controle territorial, mas envolveu também a construção de mecanismos políticos, econômicos, jurídicos e epistemológicos capazes de estabelecer classificações e assimetrias entre povos e sociedades. Nesse sentido, a pesquisa articula as contribuições dos estudos sobre colonialidade do poder e do saber à análise histórica da Conferência de Berlim, compreendendo-a como parte de um processo mais amplo de institucionalização das relações coloniais e de reorganização do sistema internacional. O estudo também problematiza a construção histórica dos Direitos Humanos, especialmente a tensão entre a pretensão universalista de seus princípios e a permanência de estruturas de dominação e exclusão produzidas no contexto colonial. Como eixo interpretativo, propõe-se a noção de transdisciplinaridade do domínio, entendida como uma chave de leitura capaz de articular diferentes dimensões da dominação colonial, superando interpretações fragmentadas entre História, Direito, política, economia e produção do conhecimento. A partir dessa abordagem, argumenta-se que os efeitos históricos da ordem colonial não se encerraram com o fim formal do colonialismo, permanecendo expressos em estruturas de poder, formas de produção do saber, disputas de memória e desigualdades presentes na ordem contemporânea. Conclui-se que a análise da Conferência de Berlim permite compreender a dimensão histórica das relações entre colonialidade, produção do conhecimento e universalismo dos Direitos Humanos, evidenciando a necessidade de uma abordagem transdisciplinar para interpretar as permanências e transformações das estruturas de dominação.

Palavras-chave: Conferência de Berlim; Colonialidade; Direitos Humanos; Transdisciplinaridade; Produção do Saber.

[8] Discente, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). arthurtelesmaciel06@gmail.com

[9] Mestrando, Universidade CEUMA. joseantonionunesaguiar145@gmail.com

Experiências de mulheres trabalhadoras em supermercados durante a pandemia:

memória, trabalho e tempo presente

Luara Kauane Quadros Rodrigues[10]

A pandemia de COVID-19 alterou profundamente as relações sociais e o cotidiano do trabalho, especialmente entre trabalhadores de setores considerados essenciais. Esta comunicação analisa as experiências de mulheres que atuaram em redes de supermercados nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Mercedes, no Paraná, entre 2020 e 2023, buscando compreender como vivenciaram e posteriormente narraram o trabalho durante a crise sanitária. A pesquisa fundamenta-se na História Oral e utiliza entrevistas semiestruturadas como fontes principais, entendendo as narrativas não apenas como registros de acontecimentos, mas como construções de memória por meio das quais as entrevistadas atribuem sentidos às experiências vividas. Os relatos evidenciam medo da contaminação e, sobretudo, de transmitir o vírus aos familiares, além de mudanças nas rotinas, jornadas e relações com clientes, colegas e chefias. Também aparecem protocolos sanitários como uso de máscaras e álcool em gel, barreiras de acrílico, aferição de temperatura e controle da entrada de clientes. As entrevistas revelam ainda ansiedade, desgaste físico e emocional e diferentes avaliações sobre as medidas adotadas pelas empresas. Ao mesmo tempo, a permanência no setor não se explica apenas pela exposição ao risco: necessidade de renda, estabilidade, trajetórias profissionais anteriores, relações construídas no ambiente de trabalho e sentidos atribuídos ao próprio trabalho também atravessam essas experiências. Ao abordar a pandemia como acontecimento do Tempo Presente e considerar memória e fontes orais como caminhos para compreender seus efeitos no cotidiano, a pesquisa procura evidenciar como trabalhadoras comuns elaboram historicamente um período recente de crise, articulando trabalho, experiência e memória.

Palavras-chave: História Oral; Memória; Pandemia de COVID-19; Trabalho; Tempo Presente.

[10] Mestranda em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). luarakauane59@gmail.com

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário